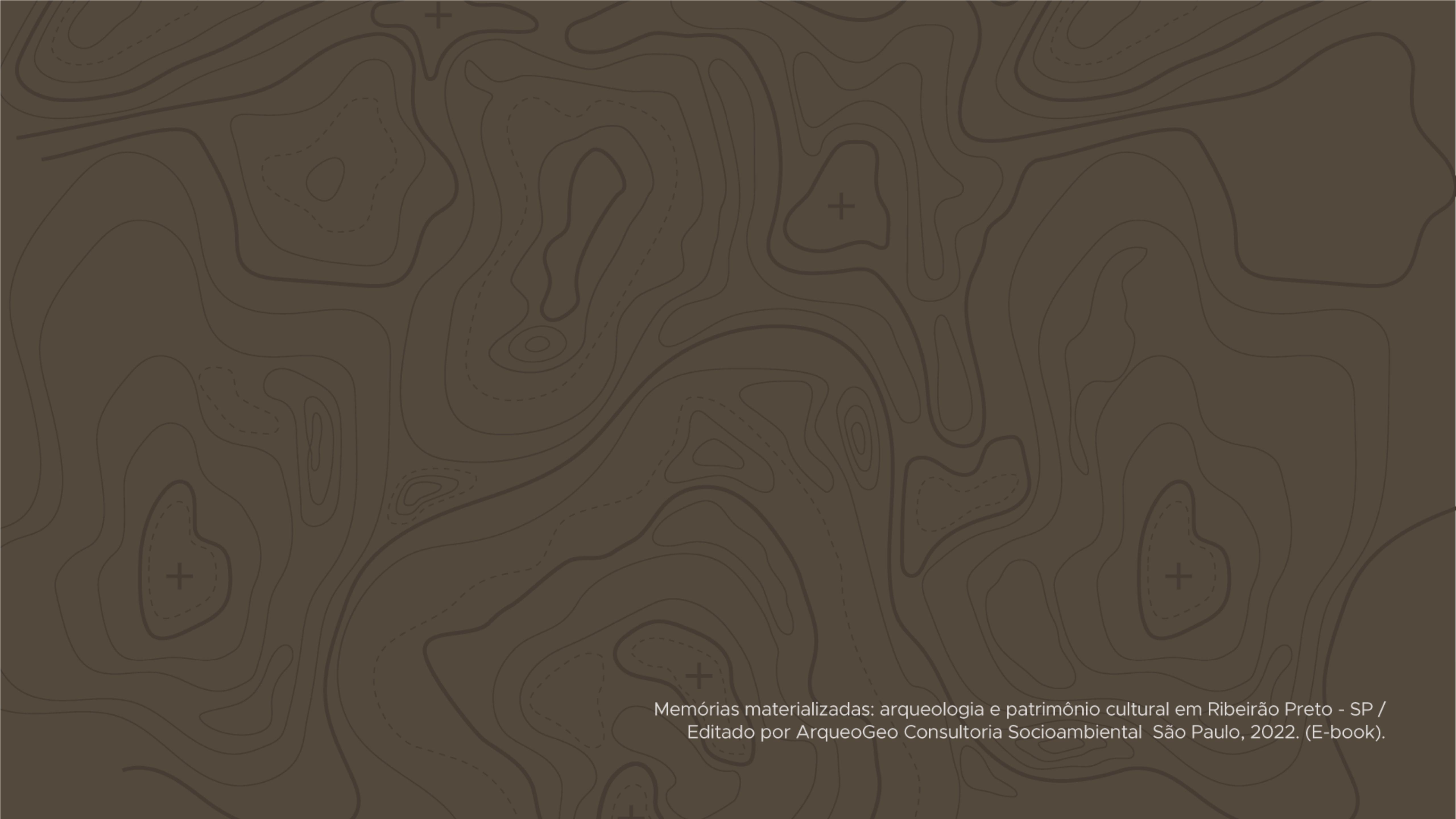




Memórias materializadas:
ARQUEOLOGIA E
Patrimônio Cultural
em Ribeirão Preto/SP.

ARQUEOGEO 
Consultoria Socioambiental

 **Said**
EMPREENDIMENTOS



Memórias materializadas: arqueologia e patrimônio cultural em Ribeirão Preto - SP /
Editado por ArqueoGeo Consultoria Socioambiental São Paulo, 2022. (E-book).

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	4
1. VESTÍGIOS ANTIGOS E AS NOVAS HISTÓRIAS: ARQUEOLOGIA	5
2. SEMPRE HÁ CAMINHOS NOVOS A SEREM CONHECIDOS	12
3. PATRIMÔNIO, CULTURA E IDENTIDADE	16
4. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: ALGUMAS REFLEXÕES	24
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29

APRESENTAÇÃO

Este material integra o Programa Integrado de Educação Patrimonial vinculado ao Projeto de Gestão do Patrimônio Arqueológico Vila Toscana, desenvolvido no município de Ribeirão Preto/SP no ano de 2022. A concepção técnica foi feita pela equipe da ArqueoGeo e o financiamento pela SAID Empreendimentos.

A iniciativa é parte de obrigações legais relacionadas a processos de licenciamento ambiental observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), autarquia do governo federal que cuida da gestão do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Apesar de o material ter sido pensado inicialmente para professores, gostaríamos de compartilhar seu conteúdo com a população de modo geral, considerando que o patrimônio

cultural movimenta memórias produzidas e transmitidas em diversos espaços de produção e transmissão de conhecimento.

Nosso desafio é melhorar os processos de comunicação em relação ao patrimônio cultural, especialmente o arqueológico. Para isso, quanto mais espaços de diálogo, de contação de histórias e de valorização das memórias forem criados, mais relações sustentáveis serão produzidas e reproduzidas.

Contamos com vocês!





1. VESTÍGIOS ANTIGOS E AS NOVAS HISTÓRIAS: ARQUEOLOGIA

O desafio de conhecer histórias relacionadas aos diferentes grupos humanos há tempos motiva curiosos e curiosas pelo Brasil e pelo mundo. A tarefa não é simples, mas podemos dizer com certeza que é muito prazerosa, especialmente porque envolve e mobiliza muitos conhecimentos e práticas, produzidos não apenas por pesquisadores das universidades, mas também por memorialistas de diversos locais do país.

Quando feito no âmbito das universidades, alguns caminhos para essas descobertas envolvem os olhares interdisciplinares lançados por uma ciência chamada Arqueologia. Através de métodos e técnicas específicas, arqueólogos e arqueólogas procuram conhecer a história e os modos de vida de grupos humanos a partir dos vestígios materiais por eles produzidos, utilizados e/ou descartados ao longo do tempo.

Esses vestígios podem aparecer na forma de marcas visíveis na paisagem, (como a presença de alguns tipos de vegetação, de montículos artificiais), de casas abandonadas, de utensílios de uso domésticos entre outros elementos. Quando os lugares onde esses vestígios de ocupação humana – conhecidos como sítios arqueológicos – são destruídos, perdemos uma oportunidade única de conhecer aspectos da nossa história que ainda são desconhecidos.





Por conta disso, no Brasil há uma legislação que visa garantir que a instalação de empreendimentos – como construção de loteamentos urbanos, de Usinas Hidrelétricas, de estradas etc. – sejam antecedidas por estudos arqueológicos. Essa legislação considera que os vestígios arqueológicos são testemunho representativo da história e da diversidade cultural da nação, o que os torna parte do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Dentre os dispositivos legais que versam sobre os sítios arqueológicos podemos mencionar a Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que “dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos”, e a própria Constituição Federal, que em 1988, destacou em seu artigo 216 que “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem” os sítios arqueológicos.

O órgão administrativo diretamente responsável pelas questões relativas ao patrimônio cultural no país é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que é uma autarquia do Governo Federal. Aspectos referentes à identificação, salvaguarda, restauração, fiscalização e revitalização dos monumentos, sítios e bens móveis do país – bem como dos bens imateriais – são de sua alçada. Atualmente, existem milhares de sítios arqueológicos identificados e cadastrados junto aos arquivos do IPHAN, os quais podem ser acessados pelo Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA).

No intuito de garantir que eventuais sítios arqueológicos pudessem ser impactados pela implantação do Loteamento Villa Toscana, localizado no município de Ribeirão Preto/SP, o IPHAN de São Paulo solicitou que fossem feitos estudos arqueológicos preventivos na área diretamente afetada pelo futuro empreendimento. Com esse objetivo, uma equipe de arqueólogos e arqueólogas deu início a um Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico.



As pesquisas foram iniciadas através do levantamento de estudos arqueológicos disponíveis sobre a região, os quais mostram os tipos de sítios conhecidos na área investigada. Após esses levantamentos iniciais, arqueólogos e arqueólogas foram para a área do futuro Loteamento Villa Toscana para verificar a existência – ou não – de novos sítios arqueológico.

Uma vez em campo, fez-se um reconhecimento da região, com o mapeamento da superfície e a caracterização da paisagem local.

Esta é a fase de Prospecção.

Com base na construção de mapas, é realizado escavações sistemáticas de pequenos poços-testes em toda a área destinada ao futuro empreendimento. A prospecção revela o que há em subsuperfície: muitas vezes elas revelam pequenas pistas, que orientam a escolha dos arqueólogos em abrir áreas específicas para escavações mais detalhadas.

Na área do Loteamento Villa Toscana percebeu-se diferentes concentrações de rochas basálticas distribuídas em uma área de 150 x 85 metros, associadas a laje matriz em afloramento. Seriam essas concentrações montículos construídos por grupos humanos que ocuparam a região no passado?



A segunda etapa dos estudos foi conduzida por arqueólogos especialistas em sítios de pedras lascadas. Eles perceberam que aquelas pedras não haviam sido lascadas pela mão humana, mas sim por ações mecânicas do presente, como arado por exemplo, ou ações naturais como as intemperes (ações do tempo) ou ainda o rolamento e choque de pedras. Por conta disso, chegou-se à conclusão de que aquele não era um sítio arqueológico pré-colonial.

ISSO MOSTRA COMO É COMPLEXA A ATIVIDADE DE PESQUISA EM ARQUEOLOGIA, E COMO É IMPORTANTE QUE ESTUDOS SEJAM FEITOS POR ESPECIALISTAS.

Apesar de não existir sítio pré-colonial na área de estudo, vale destacar que na Microrregião de Ribeirão Preto existem registros de outros sítios arqueológicos dessa época. Esses sítios contam a história da população indígena na região antes da chegada dos colonizadores. Neles foram identificados vestígios líticos associados à presença de populações caçadoras-coletoras, cujas datações remontam mais de 2.000 anos (Caldarelli e Neves, 1981), bem como de vestígios cerâmicos relacionados a grupos falantes das línguas Jê e Tupi.





ISSO nos leva a uma discussão importantíssima: qual o lugar que as histórias indígenas vêm ocupando na historiografia oficial do Brasil?

Essa pergunta parece pertinente se olharmos que, de um modo geral, é possível perceber que ainda é comum associar o início da História do Brasil à chegada dos colonizadores. Esse quadro parece refletir alguns preconceitos fruto do colonialismo, os quais paulatinamente vem sendo combatido. A atuação de grupos indígenas na política, nas universidades, nos museus e nas produções literárias, por exemplo, tem contribuído enormemente para a reversão do quadro de invisibilidade e supressão de direitos aos quais vêm sendo submetidos.

Já as pesquisas arqueológicas, ao trazerem à tona um histórico antigo, complexo e diverso de ocupação humana, também vem se tornando grande aliada nessa batalha. Disso decorre a percepção que a arqueologia não é meramente o “estudo do passado”, mas também uma importante ferramenta de afirmação de identidades e de vocalização de vozes silenciadas.



2. SEMPRE HÁ CAMINHOS NOVOS • A SEREM CONHECIDOS



Durante a realização das pesquisas arqueológicas no Loteamento Villa Toscana, apesar de não terem sido identificados vestígios de populações indígenas, outros elementos foram identificados: tratam-se de estruturas históricas relacionadas à formação das colônias de imigrantes na região no início do século XX.

O principal elemento identificado foi à estrutura de abastecimento de água da antiga vila de colonos, atestada pela presença de uma caixa d’água datada de 1925, ainda preservada no local. Verificou-se que o abastecimento de água na vila de colonos era formado por cisternas localizadas próximas as antigas casas, ao galpão e ao terreiro de café. Todas essas outras estruturas foram desconfiguradas por construções de moradias recentes.

Ao dialogar com atuais moradores da região, a equipe de arqueologia da ArqueoGeo encontrou algumas referências à antiga colônia italiana Vila Toscana, mas como a maior parte das pessoas reside no local há pouco tempo, não conhecem as histórias a elas relacionadas. Por outro lado, há vasta documentação histórica sobre as colônias italianas na região e o legado social e paisagístico que elas deixaram para a atual geração.

Tal constatação nos leva a um ponto crucial: a arqueologia é uma ciência social necessariamente interdisciplinar. Isso significa que não há como entender as histórias condensadas nos sítios arqueológicos sem os olhares de outras áreas do conhecimento.

A equipe de arqueologia vivenciou essa experiência na prática ao conhecer as atividades de pesquisa, salvaguarda e comunicação promovidas pelo Museu Casa da Memória Italiana, que salvaguarda bens patrimoniais relacionados às histórias e materialidades associadas aos imigrantes italianos da Ribeirão Preto - tais como aqueles que se instalaram no atual Distrito de Bonfim Paulista.

Por exemplo: a antropologia contribui para que as vozes de populações do presente ajudem a interpretar os achados; a química desenvolve métodos de datação essenciais para construir quadros cronológicos; a matemática constrói modelos estatísticos que contribuem para a visualização de padrões.

Embarcar nos estudos arqueológicos nos coloca em contato com um campo interdisciplinar e intercultural.

O Museu Casa da Memória Italiana funciona em um casarão construído entre 1923 e 1925, que foi residência do casal de imigrantes italianos Pedro Biagi e Eugenia Viel Biagi e seus filhos Elisa, Ida, Iris, Angela, Osônio a partir de 1941.

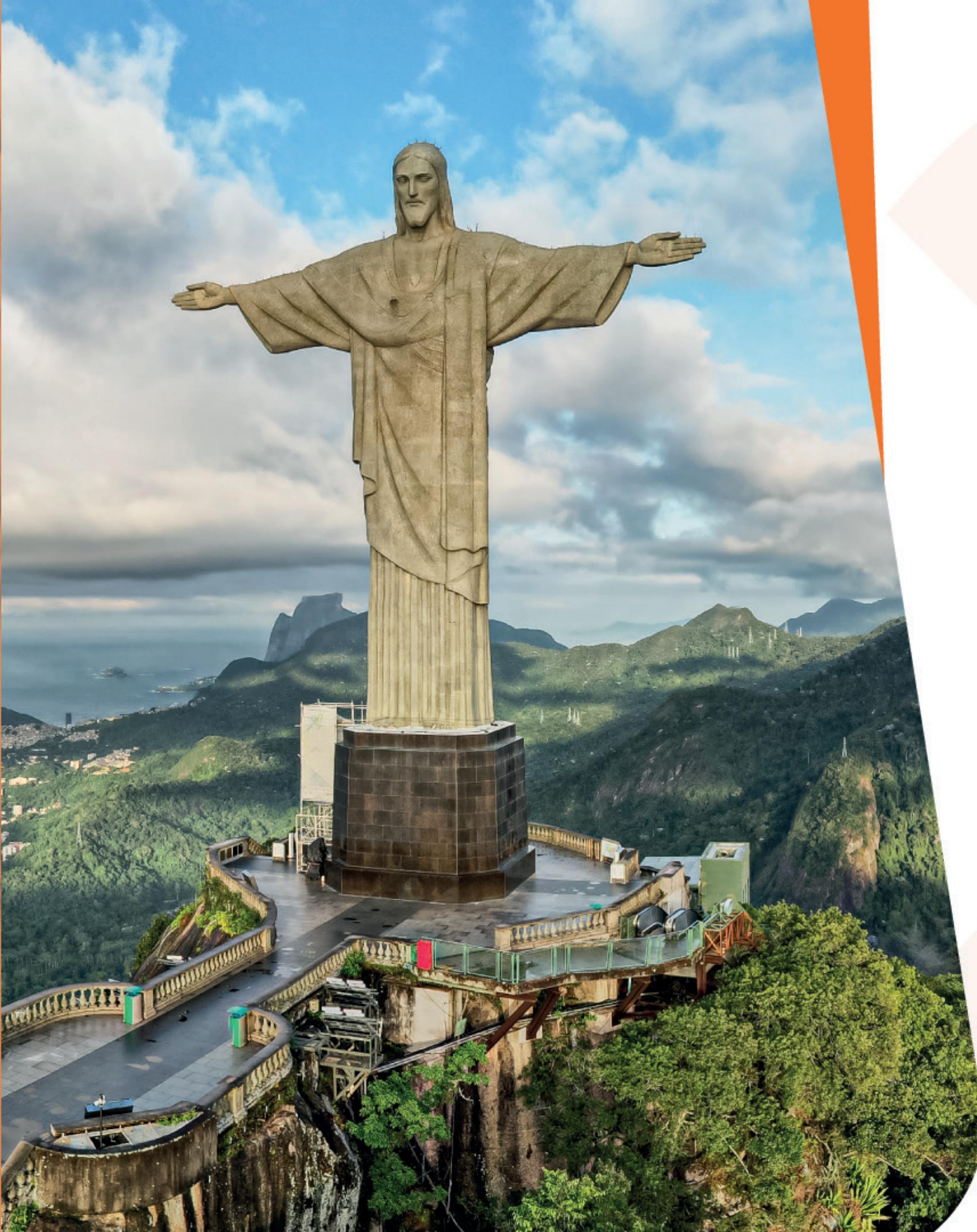
Acesse o site! www.casadamemoriaitaliana.com.br

É com base nesse cruzamento de informações que arqueólogos e arqueólogas formulam hipóteses fundamentadas sobre o modo de vida de populações do passado, transformando vestígios antigos em novos trechos das histórias que compõem o mosaico cultural brasileiro.





3. PATRIMÔNIO, CULTURA E IDENTIDADE: OS POSSÍVEIS SENTIDOS DO PATRIMÔNIO



Quando falamos ou ouvimos alguém falar a palavra **almente** amos em bens, objetos de valor, memória, herança, algo que se constrói e se acumula com o passar do tempo. Se procurarmos por essa palavra em algum site de buscas na internet, provavelmente aparecerão imagens de moedas, casas...

Mas também aparecerão imagens de locais famosos, como o Cristo Redentor, a cidade de Salvador, a Muralha da China, o Coliseu romano e a Estátua da Liberdade, nos Estados Unidos. Esses locais e essas esculturas monumentais estão intimamente ligados às manifestações culturais dos locais onde ficam, ou seja, a palavra e o conceito de patrimônio também são usados em contextos culturais, nos quais os bens herdados, no contexto cultural, são de valor simbólico, afetivo e podem representar a memória de alguém, de um grupo, de um bairro, de uma cidade, de um país, de um continente e, por que não, a memória de boa parte da humanidade.

Para além desses locais e esculturas famosas, tem outra face do patrimônio que também merece atenção e consegue debaixo dos nossos narizes: sabe aquelas coisas que fazemos e reproduzimos, mesmo sem saber, assim como nossas famílias, vizinhos e colegas também fazem? Como certos hábitos, modos de falar e de pensar, jeito de se vestir, receitas culinárias... ou até mesmo as festas e comemorações, os rituais religiosos, os conhecimentos que nossos avós passaram para nossos pais e assim por diante?

Já parou para pensar nelas? E seus alunos?
Que tal conversar sobre esses costumes
que vocês compartilham e listar alguns
deles no caderno de campo?

Tais conhecimentos, saberes, formas de fazer, de viver, de vestir e de falar fazem parte do nosso dia a dia há muito tempo, mesmo que não percebamos; e nós, enquanto sociedade, podemos encontrar muitos elementos como esses em comum; ou seja, partilhamos um mesmo conjunto de referências e significados.





Segundo as autoras Horta, Grunberg e Monteiro, a cultura está em:

“Todas as ações através das quais os povos expressam suas formas específicas de ser. (...) e esta vai ao longo do tempo adquirindo formas e expressões diferentes. A cultura é um processo eminentemente dinâmico, transmitido de geração em geração, que se aprende com os ancestrais e se cria e recria no cotidiano do presente, na solução dos pequenos e grandes problemas que cada sociedade ou indivíduo enfrentam.” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO,1999, p. 5)

Isto é, a herança cultural que acumulamos ao longo da nossa história enquanto grupo (grupos variados, de vários tamanhos, de vários lugares) é o que chamamos de patrimônio cultural.

É nessa grande maleta, chamada cultura, onde podemos encontrar elementos que compartilhamos e elementos que nos diferenciam. Na vivência desses elementos e experiências que temos em comum encontramos a nossa identidade, enquanto grupo social. Nossos hábitos, costumes, todos os bens de valor simbólico que herdamos, enfim, nossa herança cultural que constitui nossas identidades (PEREGRINO,2012).

ISSO MESMO, identidades, no plural!

Por que o Brasil é um país geograficamente grande e culturalmente diverso. Então, é muito importante reconhecer que existem várias identidades dentro na nossa nação. Todos os povos e os diferentes grupos possuem histórias e formas específicas de se expressarem.





Compreender a riqueza e a relevância da diversidade cultural nos permite ter uma visão mais ampla do processo histórico que constitui o país, reconhecendo que não existe cultura melhor uma do que outra (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO,1999).

O Patrimônio Cultural pode ser individual ou coletivo, de uma pessoa, de uma família, bairro, cidade, estado, país, continente, etnias, povos, grupos, minorias sociais... humanidade. Pode ser um bem material (prédios, objetos....) ou um bem imaterial (receitas, danças, saberes, festas...) eleito para representar a identidade e a memória dos grupos sociais que compõem espalhados pelo planeta terra.

O Patrimônio Cultural Brasileiro não se resume aos objetos históricos e artísticos, aos monumentos representativos da memória nacional ou aos centros históricos já consagrados e protegidos pelas Instituições e Agentes Governamentais. Existem outras formas de expressão cultural que constituem o patrimônio vivo da sociedade brasileira: artesanatos, maneiras de pescar, caçar, plantar, cultivar e colher, de utilizar plantas como alimentos e remédios, de construir moradias, a culinária, as danças e músicas, os modos de vestir e falar, os rituais e festas religiosas e populares, as relações sociais e familiares, revelam os múltiplos aspectos que pode assumir a cultura viva e presente de uma comunidade (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO,1999, p. 5).





Atenção! Uma das principais características do que chamamos de Patrimônio Cultural é de ser "bens" carregados de valores simbólicos compartilhados por nós que vivemos em sociedade.

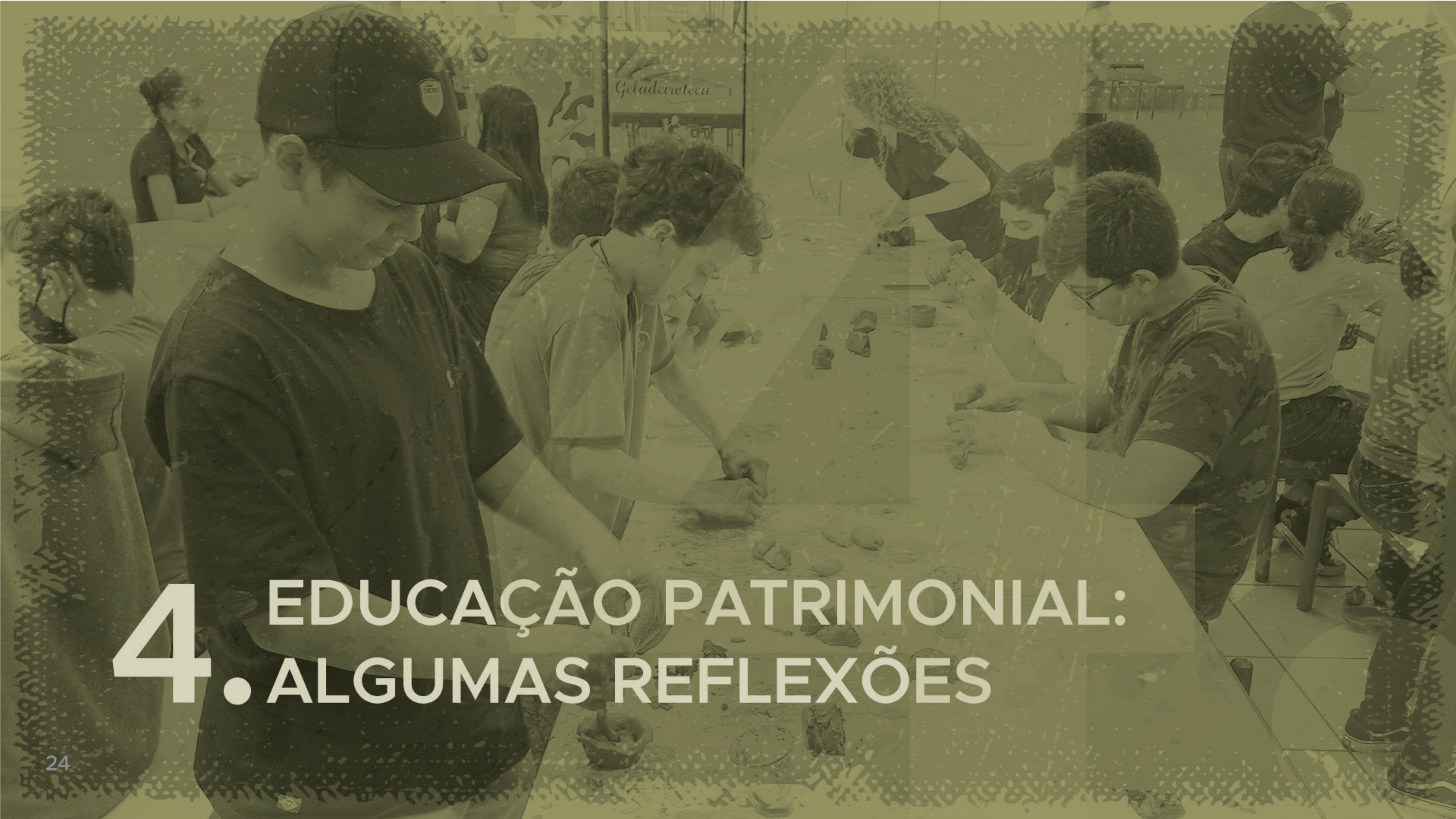
Esses valores simbólicos são inestimável, não podem ser traduzidos em dinheiro; é um valor ligado aos sentimentos, aos afetos, às histórias... São as nossas referências de onde viemos, quem somos e para onde vamos.

Outra característica importante é que, assim como a cultura, o patrimônio é vivo e fluido e também é um processo em constante construção e reconstrução: “Pensar o patrimônio cultural de uma sociedade é pensar a própria sociedade e problematizar sua existência e sua forma de participação na vida” (MENESES, 2006, p. 49).

Já que conversamos um pouco sobre Patrimônio Cultural, cultura, identidade volte ao enigma e repense as respostas junto com seus alunos.

Anotem no caderno de campo!

Se você pudesse eleger algo (um objeto, uma música, uma imagem, um lugar...) que representasse (você, sua família, bairro, cidade, estado, país...) o que seria?



4. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: • ALGUMAS REFLEXÕES



A pesquisa arqueológica só tem sentido se for compartilhada, de modo que cada vez mais vêm sendo desenvolvidas atividades educativas que objetivam sensibilizar os mais diferentes públicos para a importância da preservação do patrimônio cultural. Foi com isso em mente que a equipe relacionada ao PGPA Villa Toscana fez uma importante parceria com a Escola Estadual Prof. Cordélia Ribeiro Ragozzo.

Naquela instituição foram feitos diálogos com os professores, coordenadores pedagógicos, para que atividades voltadas para os alunos e alunas fossem desenvolvidas, destacando a arqueologia enquanto campo de conhecimento e a cultura material como fonte de histórias. Os professores sugeriram então que uma oficina de argila fosse feita, de modo que trabalhássemos simultaneamente os campos do conhecimento Artes e História.

O encontro permitiu trabalhar com conceitos relacionados à diversidade cultural através da arqueologia, destacando a tecnologia da cerâmica como suporte de identidades e, também, como marcadores culturais. Essa discussão foi utilizada para abordar o tema “patrimônio cultural”, destacando os bens arqueológicos e, também, os bens guardados “nas memórias” ou “nas gavetas” das casas atuais. Suas bases estão na metodologia da Educação Patrimonial.

De caráter “permanente e sistemático” por definição, estas atividades pedagógicas partem do pressuposto de que as manifestações da cultura, podem e devem ser tomadas como ponto de partida para que o público reflita sobre o encadeamento de histórias e contradições condensadas, por exemplo, em um simples objeto – e, com isso, tais atividades contribuiriam para o “fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania” (Horta et al. 1999).

De acordo com Horta (et al, 1999),
a aplicação da metodologia da
Educação Patrimonial está
baseada em quatro etapas:
**observação, registro, exploração e
apropriação.**





As diversas experiências desenvolvidas no campo da educação patrimonial amadureceram o campo em termos teóricos e metodológicos. Zanon et al. (2009), por exemplo, trazem uma importante discussão sobre a Educação Patrimonial TRANSFORMADORA (emancipadora), cuja abordagem:

“A educação patrimonial transformadora possui caráter político, visando a formação de pessoas capazes de (re) conhecer sua própria história cultural, deixando de ser espectador, como na proposta tradicional, para tornar-se sujeito, valorizando a busca de novos saberes e conhecimentos, provocando conflitos de versões.” (ZANON et al, 2009: 52).

Quando utilizamos as ferramentas da Educação Patrimonial com os alunos, o intuito é, portanto, criar um compromisso com o conhecimento e com a preservação dos patrimônios, bem como o de despertar a curiosidade, o desejo e o prazer de conhecer e de fruir os bens culturais enquanto patrimônio coletivo, a fim de que os estudantes possam criar vínculos com esses bens e se apropriar deles enquanto recursos que contribuem para seu enriquecimento pessoal e coletivo, para o exercício da cidadania nas demais atividades que compõem a vida, como as profissionais, de lazer, de criação e de interrelação com o todo social (LONDRES, 2012).





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Márcia. Arqueologia e educação. In: BARRETO, Euder Arrais et el. Patrimônio cultural e educação: Artigos e resultados, Universidade Federal de Goiás. Talento. Goiás, 2010.

BRANCO, MAGALHÃES e ZANON, Educação patrimonial da teoria à prática, unifil, 2009

FLORÊNCIO, Sônia Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos. IPHAN, 2012.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro:LTC,1989.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico de educação patrimonial. Brasília: IPHAN; Museu Imperial, 1999.

LONDRES, Cecília. O Patrimônio Cultural na formação das novas gerações: algumas considerações in: Educação patrimonial: reflexões e práticas. / Átila Bezerra Tolentino (Org) João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

MENESES, José Newton Coelho. História & Turismo Cultural. Autêntica, 1º ed., Belo Horizonte, 2006.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos; RAMOS FILHO, Vagner Silva (org). Formação de Mediadores de Educação Patrimonial, Fascículo 1. Fundação Democrito Rocha, Fortaleza, 2019.

PEREGRINO, Umbelino. Patrimônio Cultural: uma construção da cidadania. in: Educação patrimonial: reflexões e práticas. / Átila Bezerra Tolentino (Org.) – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

TOLENTINO, A. B. Educação Patrimonial e construção de identidades: diálogos, dilemas e interfaces. Revista CPC-USP, São Paulo, n. 27, especial, 2019.

FICHA TÉCNICA

Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico:

Processo IPHAN nº **01506.006216/2017-15**

Coordenador Geral: Fabio Guaraldo Almeida (Arqueólogo e cientista social)

Coordenador de Campo e laboratório: Danilo Galhardo (Arqueólogo e geógrafo)

Arqueólogo de campo: Eduardo Oliveira (Historiador e arqueólogo técnico)

Geoprocessamento: Renato Schmitt (Engenheiro ambiental)

Projeto Integrado de Educação Patrimonial

Coordenadora: Maria Tereza Parentes (Pedagoga e arqueóloga)

Educadora patrimonial e revisora: Amanda Torello Viera (Pedagoga)

Material Pedagógico de Arqueologia

Coordenação: Fabio Guaraldo Almeida

Organização: Maria Tereza Parentes

Texto: Maria Tereza Parentes, Marina Gouveia, Fabio Guaraldo Almeida, Danilo Galhardo, Eduardo Oliveira.

Revisão do texto: Amanda Torello Viera

Edição: Guilherme Pantaleão Albano, Fabio Guaraldo Almeida

Projeto gráfico, diagramação e edição de imagens: Guilherme Pantaleão Albano

Empresa Responsável pelo Empreendimento:

SAID TOSCANA EMREENDIMENTOS SPE LTDA

CNPJ: 15.314.100/0001-95

Responsável legal:

Endereço: Rodovia Antônio Machado Santanna, Km 04
Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil | 14.001-970
www.construsaid.com.br

Empresa Responsável pelos Estudos Arqueológicos

ArqueoGeo Consultoria Socioambiental Ltda.

CNPJ: 42.281.194/0001-90

Responsável Legal: Fabio Guaraldo Almeida

Endereço: Avenida Hugo Beolchi, 445 - 3º. Andar – Unidade 35 C - Jabaquara
São Paulo, SP, Brasil | 04310-030
www.arqueogeo.com.br

